

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Secretaria Nacional de Assistência Social
Departamento de Proteção Social Básica
Departamento de Proteção Social Especial

**Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-
metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com
Famílias na Política Nacional de Assistência Social**



Brasília - 2016

PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – DILMA ROUSSEFF

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – MICHEL TEMER

MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – TEREZA CAMPELLO

SECRETÁRIO EXECUTIVO – MARCELO CARDONA ROCHA

SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA – NATASHA RODENBUSH VALENTE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Secretaria Nacional de Assistência Social
Departamento de Proteção Social Básica
Departamento de Proteção Social Especial

**Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-
metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com
Famílias na Política Nacional de Assistência Social**



Brasília – 2016

EXPEDIENTE

SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | **IEDA MARIA NOBRE DE CASTRO**

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL | **ARNOLDO**

ANACLETO DE CAMPOS

SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA | **TIAGO FALCÃO**

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | **PAULO DE MARTINO JANNUZZI**

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETÁRIO ADJUNTO | **JOSÉ DIRCEU GALÃO JÚNIOR**

DIRETOR DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | **JOSÉ FERREIRA DA**

CRUS

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | **LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA**

DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | **TELMA MARANHO GOMES**

DIRETORA DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | **MARIA JOSÉ DE FREITAS**

DIRETORA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS | **BÁRBARA PINCOWSCA**

CARDOSO CAMPOS

DIRETORA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | **DULCELENA**

ALVES VAZ MARTINS

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - TELMA MARANHO GOMES

ELABORAÇÃO

REDAÇÃO

REGINA CÉLIA TAMASO MIOTO

SUPERVISÃO E REVISÃO

FABIANE MACEDO BORGES

MÁRCIA PÁDUA VIANA

MARIA HELENA DE SOUZA TAVARES

MICHELLY EUSTÁQUIA DO CARMO

NATÁLIA ISIS LEITE SOARES

PAULA OLIVEIRA LIMA

COLABORAÇÃO TÉCNICA

ALINE GUEDES DA COSTA

ANDRESSA SILVA MENEZES CARNEIRO

CRISTIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

JADIR DE ASSIS

JÚLIA SIMÕES ZAMBONI

LUCIANA DE FÁTIMA VIDAL

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

RAQUEL CARVALHO PINHEIRO

SOLANGE DO NASCIMENTO LISBOA

SUZANA YURIKO YWATA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO.....	9
1 - REFERÊNCIAS E CONCEPÇÃO DE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS PARA A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11
1.1- Referências para o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social	12
1.2- Concepção de Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social	15
2 - PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	18
2.1- Fundamentos teórico-metodológicos do Trabalho Social com Famílias na PNAS/SUAS.....	18
2.2- Bases operacionais para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social	22
2.3 - Instrumentos técnico-operativos	31
2.4 - Dinâmica do Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social	34
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
4 - REFERÊNCIAS	41

APRESENTAÇÃO

Ciente de sua responsabilidade, a Secretaria Nacional de Assistência Social apresenta o documento: “Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social”, que traz subsídios teóricos e metodológicos para apoiar o trabalho desenvolvido pelas equipes de referência do SUAS, especialmente do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e do PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), no trabalho social com famílias.

É importante ressaltar que este trabalho é fruto de um processo de reflexão que culminou no Ciclo de Debates sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), realizado durante o ano de 2014, cujo objetivo principal foi ampliar e qualificar a discussão sobre o trabalho social com famílias no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de alinhar conceitos e aprimorar práticas, analisando a realidade, os avanços e os desafios do trabalho social com famílias.

O Ciclo de Debates foi realizado por meio de Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO e com o Banco Mundial, sendo iniciado com o Encontro Nacional de Alinhamento Conceitual, tendo seguimento com cinco Encontros Regionalizados e um Encontro Nacional. Destes ricos momentos de discussão e aprofundamento do debate, participaram técnicos, gestores estaduais e municipais, professores universitários, pesquisadores, representantes de espaços participativos, de organismos internacionais e militantes da área da Assistência Social.

Com a finalidade de sistematizar e aprimorar a discussão desencadeada pelo Ciclo de Debates, foi contratada, com o apoio da UNESCO, a Consultoria sobre Trabalho Social com Famílias na PNAS. O texto-base foi elaborado pela Professora Dra. Regina Célia Tamasso Mioto, cujo histórico profissional, conhecimento e dedicação foram fundamentais para a construção desta tarefa. A consultoria realizou a análise da produção acadêmica e da produção institucional do MDS sobre o tema, estabelecendo relação com os resultados do Ciclo de Debates.

É importante destacar que o Trabalho Social com Famílias encontra seus fundamentos ético-políticos na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social (1993), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005).

A discussão do tema do TSF possibilita reconhecer as inovações, os avanços e os desafios presentes na sua relação com a Política de Assistência Social, com destaque para a questão da matricialidade sociofamiliar, que reafirma a adoção da centralidade da família na PNAS como elemento estruturante dos serviços socioassistenciais, com absoluto respeito às diferentes formas de organização das famílias. Para tanto, adota o princípio da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade de proteção por parte do Estado.

Este material é uma sistematização acerca do TSF na PNAS, que busca contribuir para uma melhor compreensão de seu papel no âmbito do SUAS e traz algumas reflexões sobre sua operacionalização. Também espera-se que seja capaz de potencializar a qualificação dos serviços e de gerar respostas compatíveis com as necessidades das famílias.

Ieda Castro

Secretária Nacional de Assistência Social

INTRODUÇÃO

O documento em questão está inserido no processo de fortalecimento do Trabalho Social com Famílias e visa orientar os trabalhadores do SUAS na organização de seu processo de trabalho, fornecendo subsídios, princípios, diretrizes, sem, contudo, engessar o fazer profissional, moldado pela experiência dos técnicos e pelas peculiaridades locais.

Ele se baliza no diálogo com a produção acadêmica sobre a temática, com a produção institucional do MDS e com os resultados do Ciclo de Debates sobre Trabalho Social com Famílias, promovido pela SNAS, e apresenta avanços a partir desse acúmulo. Dessa forma, delineia um modelo cuja proposição metodológica coloca a família como sujeito de direitos no campo da política social e propõe um processo de trabalho estruturado em três níveis: atendimento direto às famílias; planejamento e gestão; político-organizativo.

O texto é dividido em dois capítulos. O primeiro aborda as referências legais e normativas para a construção do TSF na PNAS, avançando na discussão das situações de desproteção, da atuação dos serviços socioassistenciais, notadamente PAIF e PAEFI, e das seguranças de sobrevivência, acolhida e convívio que devem ser garantidas pela PNAS. O capítulo também debate a concepção do TSF para a Política Nacional de Assistência Social e como a partir dessa concepção, o TSF deve se organizar como processo de trabalho, com base nas demandas apresentadas pelas famílias usuárias. O objetivo é que o TSF contribua para o protagonismo, autonomia, conquista de direitos e qualidade de vida dos usuários.

O capítulo seguinte traz uma proposta metodológica para o Trabalho Social com Famílias na PNAS. No âmbito teórico-metodológico, o texto aborda as transformações econômicas, sociais, culturais pelas quais as famílias têm passado e problematiza o papel preponderante dos responsáveis familiares na proteção e provisão do bem-estar de seus membros. Face às mudanças e novas atribuições, torna-se fundamental o papel protetivo do Estado de apoio às famílias, por meio do provimento de serviços, programas e benefícios, principalmente se considerarmos as desigualdades de recursos de determinadas famílias em função de questões de gênero, étnicas e de classe. O texto avança destacando as temáticas do território, da importância de processos participativos e da autonomia, que consiste no acesso das famílias à informação, possibilidade de escolhas, tomada de decisões e realização de projetos de vida, onde novamente o apoio do Estado é crucial.

O texto aprofunda e consolida o diálogo entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Trabalho Social com Famílias no âmbito da PNAS/SUAS. Essa reflexão se alinha ao processo de amadurecimento do SUAS ao longo dos últimos 10 anos, reafirmando os pilares da matricialidade sociofamiliar e da territorialização, buscando aprimorar as ofertas dos serviços socioassistenciais na ótica da garantia dos direitos.

1 - REFERÊNCIAS E CONCEPÇÃO DE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS PARA A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O retorno do debate nos anos 2000 sobre o Trabalho Social com Famílias (TSF) é marcado essencialmente pela questão da direcionalidade e da finalidade do trabalho a ser empreendido com as famílias tanto no âmbito da produção acadêmica como nos debates e documentos que giravam em torno da PNAS e do SUAS. Tal questão se expressa através da abordagem de alguns aspectos, dentre os quais se destacam: a assistência social como direito universal de cidadania em contraposição à assistência social concebida como ajuda pública ou como o acesso ao direito pela lógica do risco; a perspectiva emancipatória em oposição à perspectiva disciplinadora; e a tensão entre diferentes concepções de família e de incorporação da família na política social.

Dentro da nova concepção, passou-se a postular que nenhum trabalho social está desvinculado de matriz teórico-metodológica que sustenta todo processo de intervenção e este não pode ser compreendido fora da realidade na qual se estabelece. Sobre isso ganhou relevância a afirmação de Couto (2008) ao dizer que para o desenvolvimento do TSF é necessário ter claro a sociedade em que se vive, ou seja, os fundamentos do capitalismo, e o projeto político com o qual se trabalha e também de marcar a diferença entre o assistencialismo-focalização e a política de assistência social, no tripé da seguridade social brasileira. Dessa forma, procura-se desvincular o trabalho social com famílias, no campo da política de assistência social brasileira, de questões relativas à orientação das políticas voltadas para a família em outros países da América Latina, a partir dos grandes programas de transferência de renda que vieram na esteira das recomendações dos organismos internacionais.

Nesse contexto foram se encaminhando os debates especialmente vinculados à estruturação do SUAS. Num arco de dez anos (2005-2015), houve não só um aumento de trabalhos acadêmicos relacionados ao tema como também uma expressiva produção de documentos por parte do MDS na perspectiva de direcionar e qualificar o TSF. Dessa forma assiste-se ao aprofundamento das discussões em torno das referências que sustentam o TSF.

Este aprofundamento tem permitido identificar as peculiaridades que o TSF assume no contexto da Política de Assistência Social, diferenciando-o de outras políticas setoriais como

saúde, habitação, educação, especialmente na atualidade. Tais peculiaridades estão dadas tanto pela especificidade atribuída às diferentes políticas setoriais, como pela direção que se imprime ao TSF, considerando a matriz teórico-metodológica e ético-política que envolve a incorporação da família na política social.

1.1 - Referências para o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social

As referências centrais para o desenvolvimento do TSF na PNAS que demarcam a sua especificidade estão dadas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), pela Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), pela PNAS (2004) e pela NOB/SUAS (2005).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 é referência fundamental, pois, em primeiro lugar, define como objetivos da República Federativa do Brasil: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em segundo lugar porque imprime no campo da política social a perspectiva de cidadania, através da garantia dos direitos sociais como dever do Estado.

No bojo dos direitos de cidadania, inclui a assistência social como parte do tripé da Seguridade Social brasileira e afirma no seu artigo 203 que ela será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Além disso, no seu artigo 226 assume a família como base da sociedade que tem especial proteção do Estado.

No desdobramento das proposições constitucionais, encontra-se a LOAS (BRASIL, 1993) que postula a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, constituindo-se numa Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais. Realiza-se através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Tais proposições são decodificadas na PNAS (BRASIL, 2004) e na NOB/SUAS (BRASIL, 2005), especialmente

através da definição da matéria, ou da especificidade, da política de assistência social no campo da proteção social¹.

Nas suas proposições, a PNAS (BRASIL, 2004) deve garantir as seguintes seguranças: *segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e convívio ou vivência familiar*. A segurança de sobrevivência consiste em que todos, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego, tenham uma forma monetária de garantir a sobrevivência em padrão digno e de cidadania. A segurança de acolhida refere-se ao provimento de necessidades humanas básicas tais como alimentação, vestuário, abrigo e também a vida em sociedade. A segurança de convívio vincula-se à garantia do direito à convivência familiar e comunitária na perspectiva de desenvolver potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais e políticas, contemplando a dimensão multicultural, intergeracional, interterritorial, e intersubjetiva, entre outras. É a responsabilidade por essas seguranças que definem a identidade dessa política, bem como objetiva “superar incertezas e desproteções sociais que impedem ou fragilizam a seguridade social dos cidadãos e cidadãs independente de seu ciclo etário” (BRASIL, 2013a:13).

A PNAS inclui também, além da definição de suas competências e princípios, a centralidade na família como uma de suas diretrizes para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Sob as postulações da PNAS é que se propõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2005). Este rege-se pelos princípios democráticos consoantes com a LOAS e chancela a matricialidade sociofamiliar dentre as suas diretrizes, ao lado de outras como: a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; a descentralização político-administrativa e o comando único das ações em cada esfera de governo; o financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a territorialização; o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; o controle social e a participação popular. Postula a integração da PNAS às demais políticas setoriais visando à provisão de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; além da contribuição para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos através da ampliação do acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana

¹ De acordo com Sposati (2004:43), a proteção social “se fundamenta na expansão de um padrão societário de civilidade que afiança um padrão básico de vida e respostas dignas a determinadas necessidades sociais”.

e rural. Também busca assegurar que as ações tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária. Com base em tais princípios e objetivos é proposto o atendimento de seus usuários através de dois níveis de proteções: a proteção social básica e a proteção social especial.

A partir desse delineamento, se estrutura toda a organização do SUAS que tem como ponto fundamental a definição dos serviços a serem prestados. Na demarcação e caracterização dos serviços², identifica-se a proposição do TSF e o seu papel estruturante no campo da proteção básica e especial, particularmente do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2013). Dessa forma, torna-se um canal fundamental para a consecução das seguranças de renda, de acolhida e de convívio que marcam a especificidade da PNAS.

Nessa perspectiva, Sposati (2014:121) trata o TSF como fortalecimento da proteção social e entende que “o horizonte [do TSF] tem que ser de seguranças sociais, a segurança social da política, as violações das seguranças sociais da política”. Torres (2014: 193-194), na mesma direção, salienta que no TSF é necessário “olhar para as seguranças do SUAS, olhando para sua expressão como proteção e desproteção” e avançar no sentido de avaliar os impactos dos eventos vividos pelas famílias no marco das seguranças do SUAS. No marco dessas indicações, reconhece-se amplamente o papel da vigilância como canal privilegiado na identificação de “ausências de seguranças”. Assim, projeta-se que o atendimento às necessidades da população extrapole tanto as respostas às demandas espontâneas que chegam aos Centros de Referência de Assistência Social como uma lógica de atendimento movida por reiterados encaminhamentos e delegações a outros setores vinculados às políticas setoriais ou às organizações da sociedade civil. Ao contrário, espera-se proatividade na busca de respostas para a concretização das seguranças afeitas à assistência social, que transite entre o individual e o coletivo.

²As referências relativas aos serviços podem ser buscadas em inúmeros documentos editados pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e disponíveis no site <http://mds.gov.br>

1.2 - Concepção de Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social

O TSF no âmbito do PAIF foi definido nas Orientações Técnicas sobre o PAIF, no contexto da PNAS, como sendo o

“Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência.” (BRASIL, 2012b:11)

Assim, entende-se o TSF como um processo de trabalho que se desenvolve no campo da política social, desencadeado a partir de demandas postas por usuários aos serviços socioassistenciais e que tem como referência a família. Esta referência ***ancora-se*** no reconhecimento de que:

a) a família, independente de sua configuração, continua sendo espaço privilegiado de convivência humana e, ao lado do trabalho, constitui um dos eixos organizadores da vida social;

b) a família enquanto espaço de proteção e cuidado permite que muitas necessidades de saúde e bem-estar não se transformem em demandas para serviços sociais;

c) as condições de vida de cada indivíduo dependem muito mais das condições de sua família que de sua situação específica; a avaliação das condições dos indivíduos está muito mais associada às condições de vida de sua família que de sua posição individual na sociedade (CIOFFI,1998);

d) o foco na família representa a possibilidade de superar a fragmentação no contexto da atenção setorizada dos serviços, por necessidades, por segmentos ou por fenômenos (CARVALHO,1995; SPOSATI, 2004; BRASIL, 2005).



Enquanto processo, o Trabalho Social com Famílias não é dado a priori. Ele se desenvolve, de forma coletiva, por meio de um conjunto de ações profissionais que envolve diferentes profissionais, serviços e instâncias políticas e administrativas.

As ações profissionais estão condicionadas pelos fundamentos teórico-metodológicos que envolvem concepções acerca de *categorias centrais* para o seu desenvolvimento, tais como de *proteção social, direitos de cidadania, autonomia, necessidades humanas e também de família*. São justamente essas concepções que vão sustentar as finalidades que se quer alcançar com o TSF. Portanto, ancorados nos seus fundamentos e mirando sua finalidade, se projeta um percurso para o TSF. Tal projeção se sustenta no conhecimento das situações familiares e das opções que profissionais e gestores realizam, tendo em vista o atendimento das necessidades postas pelas famílias em determinados territórios.

Considerando que o atendimento de tais necessidades envolve a mobilização e integração de recursos de diferentes naturezas, *o TSF se processa na intercessão entre política social, serviços sociais, trabalho em serviços, família e sociedade*. Trata-se de um processo eivado de tensões considerando que a política social é um campo contraditório de disputas de interesses e projetos políticos divergentes e que os serviços expressam toda a ordem de tensões, pois são os lugares privilegiados de materialização da política social. O trabalho que se desenvolve nos serviços se reveste de características muito especiais (Miotto, 2015 b).

Dentre as *características do trabalho em serviço* destaca-se o fato de que existe uma *simultaneidade entre a produção e o consumo do serviço* e de que ele *não é gerador de um produto que possa ser armazenado*. Tal característica faz com que o trabalho em serviços também se caracterize pela *intangibilidade*, embora possa conter elementos tangíveis no processo de trabalho. Isso remete a outra característica do trabalho em serviços que é a sua

natureza relacional, pois implica o estabelecimento de uma relação entre o prestador e o usuário do serviço. As características do trabalho em serviço *impedem que ele seja totalmente controlado ou capturado* e, portanto, *a sua qualidade e direção dependem também da relação que se estabelece entre o prestador e o usuário do serviço*. No trabalho em serviços ainda subsiste uma relativa autonomia, apesar das condições de trabalho hoje impostas aos trabalhadores em serviços no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. A exploração dessa “autonomia relativa”³ se torna fundamental na condução do TSF no contexto das disputas de projetos societários e interesses divergentes presentes no campo da política social, que são mediados pelos serviços sociais. (SCHUTZ, MIOTO, 2012).

A compreensão da particularidade do trabalho em serviço, agregada ao entendimento que o TSF incide sobre o campo das relações sociais, definem o seu caráter relacional. É necessário ponderar que quando se postula o caráter relacional do TSF deve-se ter em conta pelo menos duas dimensões: uma concernente às relações que se estabelecem entre os trabalhadores do SUAS e seus usuários no momento em que se presta o serviço; outra, que se refere à incidência do conjunto de procedimentos e ações no campo das relações sociais. Particularmente, as ações no TSF incidem no conjunto das relações que se entrecruzam na família, ou seja, abarca as relações que se estabelecem entre a família com outras esferas da sociedade – tais como Estado e Mercado – entre os membros da família e da família com sua rede social primária.

Portanto, a inclusão do TSF no âmbito da PNAS está marcada por inovações importantes e no campo de suas proposições visa articular o caráter protetivo, preventivo e proativo nos serviços socioassistenciais na lógica de integralidade da atenção. Nessa concepção, **a expectativa é que o TSF, além de estruturar-se com equipes de referência de caráter interdisciplinar, seja balizado pela integração entre os diferentes níveis de proteção e pela intersetorialidade**. Nesse sentido, requer a incorporação de aportes teórico-metodológicos que sustentem uma nova forma de pensar as famílias e atuar com elas, para que se distancie cada vez mais das “formas tradicionais” de intervenção no TSF. Como “formas tradicionais”, entende-se aquelas que tendem, por um lado, a focarem-se na responsabilidade individual das famílias no equacionamento de suas necessidades e de suas dificuldades no exercício da proteção social. Por outro lado, que se modelam em ações técnicas que buscam solucionar problemas determinados de forma pontual, fragmentada e

³Essa expressão é de autoria de IAMAMOTO (2000), que a forja no contexto do debate acerca do assistente social como trabalhador e de seu compromisso com o projeto ético-político da profissão.

setorizada. Ou ainda orientadas por preceitos religiosos e marcadas por comportamentos discriminatórios em relação às famílias e seus modos de vida.

2 - PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tendo delimitadas as referências que conformam o TSF e também a sua concepção, encaminha-se para a sua configuração no escopo da PNAS por meio da definição de seus marcos teórico-metodológicos, do delineamento do processo que sustenta o seu desenvolvimento e dos movimentos necessários à sua realização. O seu desenvolvimento implica desde o conhecimento das situações familiares até a projeção de ações que venham responder às necessidades postas pelas famílias em determinados territórios e a eleição de abordagens e instrumentos para concretizá-las dentro de uma perspectiva preventiva, protetiva e proativa.

2.1 - Fundamentos teórico-metodológicos do Trabalho Social com Famílias na PNAS/SUAS⁴

A orientação de todo processo de trabalho bem como a prospecção de suas ações está diretamente vinculada à finalidade que se quer alcançar e, portanto, a clareza na sua definição é condição necessária para sua condução. No caso da PNAS, a finalidade do TSF está dada pelas seguranças de proteção que devem ser asseguradas por ela, e assim a consecução de tais seguranças constitui o horizonte para o qual todas as ações devem convergir. Porém, o trajeto para essa convergência não é dado de forma aleatória. Ao contrário, ele se define a partir de determinados fundamentos teórico-metodológicos que sustentam a sua trajetória e direcionalidade.

⁴ Discussão mais ampliada sobre os fundamentos teórico-metodológicos do TSF, especialmente sobre família e matricialidade sociofamiliar, encontra-se em MIOTO (2015 b).

Na PNAS, tais *fundamentos* se assentam em concepções acerca da *assistência social como direito de cidadania* e em concepções acerca de *família e de matricialidade sociofamiliar*. A concepção de matricialidade sociofamiliar deve estar conectada a outras concepções que orientam e estruturam o SUAS, tais como concepção de *território*, de *autonomia*, de *participação* e de *integração à seguridade social e às políticas socioeconômicas*.



Sobre a família, configura-se como consensual o reconhecimento das características da família contemporânea, dado pela diversidade de configurações e de inovações no campo de suas relações. Reconhece-se também que as mudanças ocorridas nas famílias estão condicionadas às transformações da sociedade, nas suas dimensões econômica, social, cultural e tecnológica. Ao mesmo tempo em que estas transformações concorreram substantivamente para forjar as formas atuais de ser e conviver da família, de seus valores e de seus modos de vida, impactaram também a capacidade de proteção, tradicionalmente, esperada da família.



Isso significa que no campo da PNAS já não tem sustentação as concepções que tratam a família a partir de uma determinada estrutura, tomada como ideal (casal com seus filhos) e com papéis pré-definidos, e nem aquelas que apostam na família como principal fonte de provisão de bem-estar. Dessa forma, tem se fortalecido a concepção de matricialidade sociofamiliar pautada no entendimento de que o caráter protetivo do Estado em relação às famílias reside em grande parte na antecipação dos custos do bem-estar, através da garantia de direitos sociais, contemplando a oferta de benefícios, transferências de renda e de ampla gama de serviços sociais.

Ou seja, trabalha com a ideia da necessidade de desonerar os grupos familiares de encargos que não mais são compatíveis com as suas características contemporâneas e com as

exigências do mundo do trabalho. Portanto, não podem ser assumidos por eles quando se considera a desigualdade de recursos disponíveis nas famílias dadas pelas condições de classe, de gênero e etnia.

Portanto, nessa perspectiva de matricialidade sociofamiliar, a presença do Estado não se realiza prioritariamente a partir dos fracassos e dos problemas familiares. Ao contrário, a sua presença se faz na direção de atender as necessidades que se relacionam ao bem-estar das famílias, tais como: a necessidade de alimentação saudável e nutritiva; de ambiente de trabalho desprovido de riscos; de ambiente físico saudável; de segurança física; de segurança econômica; de educação; de segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto; de cuidados de saúde apropriados e proteção à infância; de relações primárias significativas, que possam se constituir em redes de apoio e oferecer um ambiente emocionalmente seguro.

Este rol de necessidades vincula-se à concepção de que as necessidades humanas básicas e universais são a saúde física e a autonomia. A saúde física como condição essencial para a participação na vida social e a *autonomia como a “capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões”* (Pereira 2000, p. 70). Para tanto, a autonomia depende também da presença do Estado e se desenvolve especialmente através da participação política. Esta é que possibilita a discussão e o embate das necessidades e dos interesses das classes através dos grupos organizados da sociedade civil (Campos & Mishima, 2005). Por estas razões, a autonomia não pode ser entendida desvinculada do “pleno usufruto dos aportes de serviços públicos e serviços coletivos” e o seu desenvolvimento no contexto da PNAS deve estar dirigido ao fortalecimento e ampliação da proteção social das famílias, de seus projetos de vida e da desnaturalização da ideia de que a família é a maior responsável pela proteção social (JACCOUD, 2014: 21).

Isso implica a oposição à ideia que ainda perpassa no cotidiano dos serviços assistenciais de que o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia significa o “fortalecimento do princípio da autodeterminação, ou seja, da capacidade [das famílias] de superar os problemas vivenciados, superdimensionando a perspectiva e as responsabilidades dos indivíduos na superação da pobreza” (Teixeira, 2013:131). Espera-se, portanto, que além do rompimento com essa perspectiva, o desenvolvimento da autonomia no escopo do TSF não se descole da participação política, considerando que esta é constituinte do próprio SUAS

(RODRIGUES, 2014; BARATA, 2014). Enfim, como está explicitamente proposto na publicação sobre “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”:

“ a autonomia depende do acesso dos sujeitos à informação, de sua capacidade de utilizar esse conhecimento em exercício crítico de interpretação [...] autonomia pode ser expressa pela maior capacidade dos sujeitos de compreenderem e agirem sobre si mesmos e sobre o contexto conforme objetivos democraticamente estabelecidos” (BRASIL, 2013: 12-13).

O exercício da autonomia tem sua grande base no território onde as famílias vivem, à medida que ele é decisivo na construção de suas relações e de seus modos de vida. No âmbito da PNAS, o território é entendido como espaço geográfico, histórico e político, edificado através das relações entre diferentes atores, tais como população, empresas e Estado, que determinam o conjunto de condições em que vive a população. Além disso, é nele que se definem as ações e políticas públicas para promover a inclusão social e resolver problemas concretos de uma população (Koga, 2003).

Isso indica a necessidade do TSF alargar seu horizonte para o território, pois as desproteções expressas pelas famílias não podem ser analisadas fora do território onde vivem. (SPOSATI, 2014, p.126). É justamente na intersecção famílias e território e na esteira de um processo participativo, que se torna possível buscar a implementação de recursos públicos de diferentes naturezas com os quais todas as famílias poderão contar, tais como a infraestrutura, a mobilidade urbana, a habitação e a rede de serviços. Também é por meio do território que se torna possível compreender melhor as mazelas e as angústias vividas cotidianamente pelas famílias, observar claramente a omissão do Estado na provisão de serviços e investir no fortalecimento dos processos participativos para a melhoria das condições de proteção social e da cidadania.



No território é que se impõe a tarefa de se equacionar as necessidades postas pelas famílias individualmente e aquelas postas pelo conjunto das famílias, à medida que não podem se anular mutuamente. Nesse sentido é que Rizzotti (2014:143) coloca como *um dos grandes desafios da gestão, do planejamento e da adoção da dimensão política da Assistência Social, a compreensão e a articulação entre as demandas individuais e coletivas, considerando que um significa o outro e ambos se modificam mutuamente.*

2.2 - Bases operacionais para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social⁵

Conforme apontado no item referente à concepção de TSF, o desenvolvimento deste é desencadeado pelas demandas postas pelos usuários aos serviços e se realiza articulado ao PAIF e ao PAEFI. Estes buscam, dentro das suas especificidades, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a superação dos ciclos de violações de direitos, tendo como norte as seguranças de convivência, acolhida e sobrevivência (BRASIL, 2012; BRASIL, 2014). Tal desenvolvimento ancora-se no planejamento de suas ações pautadas estrategicamente em: conhecimento, decisão, ação, avaliação. Ou seja, implica um contínuo processo de construção e reconstrução, destinado a ofertar respostas sempre mais condizentes às necessidades postas pelas famílias, visando a alcançar a finalidade da PNAS, que é a consecução de suas seguranças. O conhecimento das situações familiares constitui a pedra angular do TSF, à medida que é este conhecimento que vai ofertar insumos para a tomada de decisões em torno das ações a serem empreendidas pelos trabalhadores do SUAS.

Para que seja realmente efetivo na projeção das ações, o conhecimento das situações familiares não pode ser tratado de forma aleatória, mas sim ser produzido a partir das concepções que balizam o TSF. Ou seja, implica conhecer o conjunto de relações que estruturam os processos e a dinâmica familiar e definem a situação. Essa concepção baliza o entendimento dos processos familiares como a construção singular, arquitetada na família, a partir das múltiplas relações que condicionam e definem a sua forma de ser. Eles se expressam através da dinâmica familiar que revela os diferentes graus de

⁵A proposição metodológica tem referência em MIOTO & LIMA (2009) e MIOTO (2014; 2015c).

resolutividade alcançados pela família na articulação do conjunto das relações para responder às necessidades de seus membros e às expectativas sociais em torno dela (MIOTO, 2014).

Portanto, considera-se que o processo de conhecimento das situações familiares tem dentre seus objetivos responder três perguntas chaves:

Quem são as famílias?

Como elas vivem?

Como elas exercem a proteção social?



As respostas a essas perguntas, obviamente, vão se compondo ao longo da convivência da família nos serviços, porém uma mínima configuração das mesmas é necessária para a realização de qualquer intervenção ou do estabelecimento do plano de atendimento.

A resposta à primeira pergunta - Quem são as famílias? - envolve o conhecimento de algumas características que permitem a aproximação inicial com as famílias. Relacionam-se a diferentes aspectos tais como, **a localização do domicílio, a sua composição, a idade dos membros da família, a escolaridade e os motivos pelos quais recorrem aos serviços.** Essas informações permitem identificar, por exemplo, quando se trata de um núcleo familiar extenso ou composto apenas por uma mãe e seus filhos, quais as necessidades que se apresentam, considerando tanto a composição como a idade de seus componentes. Os motivos pelos quais se apresentam aos serviços geralmente vêm na esteira de informações sobre a trajetória de vida das famílias, e estas trazem indicadores importantes sobre as peculiaridades do grupo familiar, que compõem a sua identidade enquanto família.

A segunda pergunta - Como elas vivem? - relaciona-se ao conhecimento de como se organiza a vida familiar e como se estabelece a convivência familiar e comunitária. Considerando que isto é fruto de uma combinação de múltiplos fatores, as informações sobre as condições de vida das famílias e a organização familiar são fundamentais para a elaboração dessa resposta. Para respondê-la, por um lado, se incluem informações sobre a escolaridade,

profissão e ocupação dos seus membros; sobre o acesso à renda; sobre o território onde vivem e como se realiza o acesso aos serviços de infraestrutura, aos serviços sociais e aos bens culturais do território e da cidade, dentre outros.

Por outro lado, ganha proeminência a organização do cotidiano das famílias para atender às múltiplas demandas impostas pelo mundo do trabalho, pelos serviços sociais vinculados à educação, saúde, assistência social e para o atendimento das necessidades de seus membros. A organização da família para o atendimento a todas essas demandas exige alta dose de trabalho familiar. Para Saraceno (1996), o trabalho familiar compreende o conjunto de atividades desenvolvidas pela família no processo de provisão de bem-estar social e abrange as tarefas domésticas, o cuidado de seus membros, especialmente os dependentes, e também os investimentos que as famílias têm de fazer no campo das relações com outras instituições que lhes exigem energia, tempo e habilidades. Essas informações, embora fundamentais para a compreensão da vida familiar, ainda são pouco consideradas dada a corrente naturalização do trabalho desenvolvido pela família na provisão de bem-estar.

Ainda para responder à segunda questão, as informações sobre a convivência familiar que se constroem a partir de todas as condições elencadas no parágrafo anterior, ou condicionadas a elas, também são necessárias. Entender como se processam as relações existentes na família, como as de conjugalidade, parentalidade, intergeracionais, dentre outras, é necessário para saber, por exemplo, como se estabelecem as relações de autoridade e poder, as relações de cuidado com os dependentes (crianças, adolescentes, idosos, doentes, deficientes). Os acontecimentos familiares (nascimentos, mortes, prisões, migrações) que as famílias estão enfrentando no momento merecem muita atenção, pois eles têm profundas repercussões sobre a vida familiar. Refletem-se na questão econômica, na organização do cotidiano familiar e nos afetos. Sobre esses, é importante lembrar que não comportam apenas sentimentos pertinentes ao amor e à gratidão. Comportam também aqueles relacionados à inveja, ao ódio, bem como à insegurança e outros.

Para completar o rol de informações necessárias para responder à pergunta de como vivem as famílias, é indispensável conhecer as suas relações com a rede social primária. Ou seja, com parentes, amigos, vizinhos, compadres e comadres. As redes primárias, tradicionalmente, indicam a integração das famílias no contexto social e se caracterizam como fontes de apoio e proteção. Nesse sentido, informações sobre essa rede são importantes à

medida que se sabe que quanto menor essa rede, ou quanto mais isolada está a família de redes dessa natureza, maior é sua exposição a situações de vulnerabilidade.

O conhecimento de como vivem as famílias, além de permitir estabelecer as conexões entre relações familiares, direitos violados e violação de direitos, permite também conhecer as expectativas da família quanto às dificuldades apresentadas e reconhecidas por ela, quanto ao seu futuro e quanto ao serviço ao qual está recorrendo.

Finalmente, a resposta à terceira pergunta - Como as famílias conseguem organizar e articular os recursos necessários para a proteção social de seus membros? - é dada a partir das informações contidas nas respostas anteriores. Ela tem como premissa, a ideia, já anunciada, de que à família cabe a tarefa de articular a proteção dos seus, através das negociações que estabelece entre seus membros e com outras esferas da sociedade, tais como Trabalho, Estado e Mercado.

Dessa forma, a resposta a essa questão é construída a partir do entrecruzamento das necessidades que uma família apresenta a partir de sua história, composição, demandas de seus membros (tanto materiais como imateriais) e dos recursos disponíveis para fazer frente a elas como renda (do trabalho, de benefícios, doações); acesso a serviços públicos (de infraestrutura, sociais, dentre outros). Nesse sentido, é importante lembrar que ***quanto mais as famílias tiverem, de fato, direitos sociais garantidos, maior será sua autonomia***. O acesso a benefícios e a serviços públicos de qualidade e próximos às suas residências possibilita que não fiquem à mercê de favores e do clientelismo para obterem recursos imprescindíveis para a sobrevivência e exercício da proteção de seus membros.

O conhecimento é gerado a partir de diferentes fontes dentre as quais se destacam as informações advindas das famílias, a partir de estudos sociofamiliares, e as informações processadas pela vigilância socioassistencial. ***O trânsito entre essas duas fontes de geração de conhecimento é estratégico à medida que as informações geradas pela vigilância socioassistencial são fundamentais para ampliar a compreensão das situações vividas pelas famílias***. Além disso, as informações geradas a partir dos estudos familiares são indicadores preciosos do grau de efetivação da política social, da qualidade de seus serviços e dos impactos que têm no cotidiano das famílias. Nesse processo de conhecimento incluem-se outras bases de dados disponíveis sobre as famílias nos territórios (CadÚnico, IBGE, dentre outros). As informações sistematizadas possibilitam identificar as conjunções e as disjunções

entre as necessidades identificadas e a estrutura de “proteção/cuidado” (material e imaterial) das famílias para atendimento de suas necessidades. Por isso, o conhecimento das famílias nas suas singularidades e no seu conjunto é a chave fundamental para poder estabelecer avaliações que tenham em conta, por um lado, as suas necessidades e, por outro, a estrutura que possuem para fazer frente a tais necessidades.

A partir desse movimento torna-se possível a projeção de ações com o objetivo de contribuir para que mudanças possam ser efetivadas e que possam ser concretizadas as seguranças previstas no escopo da PNAS. Considerando que a dinâmica familiar expressa os processos que são construídos a partir das múltiplas relações que se entrecruzam, a projeção de ações extrapola o âmbito da família. Ou seja, desenvolve-se o exercício de identificar no escopo da análise realizada onde as ações profissionais devem incidir e, preferencialmente, em conjunto com a família, para produzir o aporte de recursos e as mudanças necessárias para a alteração da situação familiar, bem como para se estabelecer os objetivos das ações.

Portanto, somente a partir desse movimento é possível estabelecer objetivos e projetar ações, que incidam em diferentes planos de relações. Nesse sentido, propõe-se a projeção e a definição de ações profissionais dentro de uma perspectiva tridimensional, contemplando:

a) o **campo da avaliação**, articulação e proposição de políticas e serviços sociais com vistas a produzir mudanças significativas no âmbito dos territórios onde as famílias vivem, no acesso à cidade e a seus bens culturais;

b) o **campo do planejamento e gestão** onde se busca interferir na organização e na qualidade dos serviços disponíveis, para que possam atender as necessidades das famílias e não funcionem como mais uma fonte de estresse para elas;

c) o **campo do atendimento direto** na perspectiva de construir com as famílias novas formas de relações familiares, que as levem a viver e conviver melhor. A partir da definição dos campos onde as ações profissionais devem incidir, projetam-se as ações necessárias para atender aos objetivos propostos.

Nesse desenho é que são prospectadas ações de natureza político-organizativa, ações de gestão e planejamento e ações de atendimento direto às famílias.

As **ações de atendimento direto às famílias** se desenvolvem através da interação entre técnicos e famílias. Espera-se que as ações projetadas nesse âmbito promovam mudanças no

campo das relações familiares e das relações das famílias com outras esferas da sociedade, buscando tornar transparentes as estruturas dos serviços, visando o alcance dos direitos às políticas sociais. De forma geral, implicam a socialização de informações e o desenvolvimento de um processo reflexivo, característico da pedagogia-problematizadora.

O processo reflexivo é sempre acionado por determinadas situações reais/concretas, buscando, a partir delas, realizar um diálogo problematizador. Esse diálogo busca construir o caráter coletivo implicado nessas situações e, por isso, o processo reflexivo pode ser caracterizado como a experiência na qual as pessoas mudam sua maneira de compreender o mundo e as relações humanas. Através dele pode-se enriquecer a maneira como encaram a si mesmas, os outros e a realidade, ao mesmo tempo em que se envolvem na conquista de novas forças e de novos instrumentos para transformar a realidade vivenciada. Assim, torna-se possível: a) incrementar as discussões sobre as questões cujas soluções estão fora do alcance das famílias individualmente e, b) possibilitar a organização coletiva.

Nesse processo, consideram-se “as necessidades imediatas, mas prospectam, a médio e a longo prazos, a construção de novos padrões de sociabilidade entre os sujeitos, ou seja, guia-se pela premissa da democratização dos espaços coletivos e pela criação de condições para a disputa com outros projetos societários” (MIOTO & LIMA, 2009). Considerando a realidade das famílias e suas necessidades, o atendimento direto às famílias pode ser realizado por meio de inúmeras ações: desde as que visam a problematizar, junto com as famílias, o cotidiano familiar até aquelas dirigidas à participação e ao exercício da cidadania, passando por ações focadas no fortalecimento dos vínculos familiares e territoriais bem como as socioemergenciais.

As ações socioemergenciais são direcionadas a responder, de forma imediata, situações de risco iminente vividas pelas famílias, ou por um de seus membros. Elas se apoiam basicamente na oferta de recursos existentes nos serviços do SUAS ou de outras políticas. Ações dessa natureza vinculam-se tanto às situações críticas – fome, morte, nascimento, catástrofes – que remetem em grande medida aos benefícios eventuais, como a outras situações, também críticas, que implicam violações de direitos e que necessitam de intervenções rápidas para garantir acolhimento em locais protegidos.

De maneira geral, as ações implicadas no atendimento direto às famílias podem ser apreendidas a partir de duas grandes linhas. Em uma delas, as ações se voltam para

proporcionar sustentabilidade às famílias para que elas possam se constituir em espaços de cuidado, proteção e referência social. Na outra, o desenvolvimento de ações é direcionado às famílias que estão vivendo condições particulares de vulnerabilidade propensas a desencadear situações que comprometam a qualidade de suas relações ou de vida de seus membros ou ações direcionadas às famílias que já apresentam expressões de sofrimento. Entre as famílias que expressam situações de intenso sofrimento, estão aquelas com violação de direitos, particularmente violências. Estas situações são extremamente complexas e demandam escolhas precisas de abordagens a serem adotadas, para se compatibilizarem com uma perspectiva de atenção integral e responsabilidade social.

Nessas situações, assim como nas outras elencadas, é necessário a identificação das fontes de dificuldades familiares, das possibilidades de mudanças e de todos os recursos (tanto os das famílias como os do meio social) que contribuam para que as famílias consigam articular respostas compatíveis com uma melhor qualidade de vida. Tais mudanças pressupõem transformações nas pautas das relações internas da família e em suas relações com a sociedade. Isto implica o desenvolvimento da capacidade de discernir as mudanças possíveis de serem implementadas no âmbito dos grupos familiares e de suas redes daquelas que exigem o engajamento delas em processos sociais mais amplos para que ocorram transformações estruturais.

As **ações de planejamento e gestão** correspondem ao conjunto de ações desenvolvidas com enfoque no planejamento e gestão dos serviços, visando ao atendimento das necessidades das famílias e à qualidade dos serviços ofertados. Portanto, envolvem gestores, coordenadores de serviços e técnicos. Os seus objetivos estão voltados para efetivar práticas intersetoriais, contribuir para arquitetar o conjunto de informações e recursos necessários para o desenvolvimento de ações com as famílias no território. Inclui também o planejamento dos serviços e dos profissionais, visando a garantir a lógica da gestão coletiva do trabalho. Dentre essas ações destacam-se as ações vinculadas à gestão da Informação, as ações vinculadas à integração dos serviços socioassistenciais do SUAS, à gestão intersetorial e aquelas vinculadas à gestão do processo de trabalho.

- *As ações vinculadas à gestão da informação* correspondem ao conjunto de atividades desenvolvidas pelas equipes para a geração e sistematização das informações necessárias à construção do processo de trabalho bem como para alimentar as bases de dados do PAIF e PAEFI, imprescindíveis para o

desenvolvimento da Vigilância Socioassistencial preconizada pelo SUAS. Isso porque se, por um lado, as informações da Vigilância são importantes para a compreensão das famílias, por outro lado, as informações obtidas através das famílias são fundamentais para ampliar ou confirmar as informações proporcionadas pela Vigilância Socioassistencial, bem como por outras fontes de dados. Além disso, as demandas trazidas pelas famílias são indicadores preciosos sobre o grau de efetivação da política social e de seus impactos no cotidiano familiar.

- *As ações vinculadas à integração dos serviços socioassistenciais do SUAS* relacionam-se aos processos de aproximação entre os diferentes níveis de complexidade do Sistema, visando construir de forma integrada a efetividade dos serviços ofertados. Implicam geralmente a construção de fluxos entre os serviços e a construção de indicadores que possam auxiliar nos processos de gestão e avaliação do SUAS.
- *As ações de natureza intersetorial*, como o próprio nome indica, estão vinculadas à efetivação de conexões, para além do SUAS, com os diferentes setores para o atendimento das necessidades das famílias. Portanto, a intersetorialidade refere-se a um processo que se constrói a partir da interação entre diferentes políticas públicas, envolvendo seus serviços e profissionais e tem como finalidade a integralidade da atenção. Porém, a sua concretização é desafiadora considerando a tradição da política pública brasileira de atuar setorialmente na elaboração de respostas às necessidades postas pela população. A sua efetivação supõe a interação e o comprometimento das diversas políticas públicas e não a responsabilização de apenas uma delas para sua promoção. ***Por isso, um passo importante para enfrentar o desafio da construção da intersetorialidade é o fortalecimento do trabalho em rede nos territórios. Este tem se mostrado um canal eficaz na construção da intersetorialidade por pelo menos dois motivos: um por permitir desvelar conjuntamente as necessidades da população em suas singularidades e facilitar a organização e distribuição dos serviços de forma intersetorial; outro por possibilitar, através do encontro de gestores, técnicos e representantes da sociedade civil, a transformação de saberes e práticas.***

- *As ações vinculadas à gestão do processo de trabalho* têm como objetivo sustentar os processos de trabalho de forma organizada e racional, garantindo-lhes efetividade. Portanto, as ações de planejamento são cruciais para a organização do processo de trabalho das equipes e dos serviços. Tais ações geralmente são necessárias para a formulação de planos de trabalho e produção de documentos. Estes permitem o monitoramento e a avaliação do trabalho, bem como a tomada de decisões em relação ao conjunto de ações desenvolvidas pela equipe e permite o fortalecimento da perspectiva interdisciplinar. Ainda no escopo das ações vinculadas à gestão do processo de trabalho encontram-se aquelas destinadas ao processo de aprimoramento profissional. Nelas se incluem tanto as propostas de capacitação dos próprios serviços e da própria Política de Assistência Social, como a inserção dos profissionais em processos formativos de reconhecido valor para a consolidação da proposta da PNAS/SUAS.

As **ações de natureza político-organizativas** têm como objetivo central incrementar discussões e efetivar soluções que redundem em atendimento às necessidades demandadas pelas famílias aos serviços e identificadas no território. Por meio delas, busca-se interferir no campo da esfera pública ancorando-se na perspectiva da garantia e ampliação de direitos. São ações que são desenvolvidas tanto por profissionais situados no nível da execução direta do TSF como por profissionais que estão nas coordenações da proteção básica e especial e ainda em outras instâncias decisórias. Dentre essas ações se destacam aquelas vinculadas à mobilização da sociedade civil para encaminhamento de proposições pautadas em questões relativas aos problemas e dificuldades que afetam a vida da população usuária dos serviços socioassistenciais.

Essas ações se desenvolvem por meio:

a) da participação dos profissionais em instâncias representativas da sociedade civil, quer seja presencialmente, visando colaborar na construção de suas pautas e de seus debates, quer seja através do encaminhamento de documentos construídos com base em informações sistematizadas sobre questões relativas às famílias nos territórios;

b) da assessoria a grupos organizados ou em processo de organização que tratam de questões afetas diretamente à garantia de direitos da população atendida no SUAS. Pode

vincular-se, por exemplo, à representação dos usuários nos Conselhos de Direitos visando assessorá-los com informações e estratégias de condução política que fortaleçam a sua participação nesses espaços; e

c) da assessoria a grupos, entidades e outros serviços públicos afetos aos usuários do SUAS.

Uma vez definidas as ações necessárias e seus objetivos nos diferentes campos, a atenção se volta para a sua implementação. Nesse momento, contempla-se a definição dos sujeitos que irão desenvolver as ações, a definição de formas de abordagem dos que irão adotar e a definição dos instrumentos técnico-operativos.

2.3 - Instrumentos técnico-operativos

Nesta proposta, caracterizada pela tridimensionalidade das ações (político-organizativa, de gestão e planejamento e de atendimento direto às famílias), consideram-se sujeitos privilegiados do processo de trabalho as famílias ou algum de seus membros, os “sujeitos coletivos” (movimentos sócio-comunitários) e os serviços sociais ou instituições. Uma vez definidos os sujeitos, faz-se a escolha da forma como serão abordados. Dentre as formas de abordagem destacam-se as abordagens individuais, grupais e coletivas.

Finalmente, são definidos os ***instrumentos técnico-operativos*** compatíveis com a forma de abordagem e com os sujeitos que irão desenvolvê-los. Os instrumentos técnico-operativos são os meios através dos quais as ações se realizam e dentre os mais conhecidos estão as entrevistas, visitas domiciliares, assembleias, reuniões, oficinas, encaminhamentos, dentre outros.



As *entrevistas* podem ser entendidas como as conversas, de natureza técnica, estabelecidas entre profissionais e usuários dos serviços, ou com outros agentes institucionais. Por isso implica habilidade técnica dos profissionais para aproximarem-se das famílias, conhecê-las e estabelecer vínculos e, quando realizadas com agentes institucionais, que ela seja efetiva para a geração de informações ou ações necessárias aos objetivos que lhe são propostos. As entrevistas tanto podem ocorrer guiadas por formulários, geralmente propostos

pelos serviços, visando a obtenção de determinadas informações, como através de diálogos abertos. Nesse processo, as informações vão sendo produzidas à medida que os temas surgem e se concatenam. Elas são utilizadas na forma individualizada ou conjunta, dependendo da escolha da forma de abordagem do profissional. As entrevistas conjuntas possibilitam observar e estudar as transações concretas entre os sujeitos participantes e criar uma situação em que se estabelece o diálogo entre eles sobre a situação. São comuns, nessa modalidade, as entrevistas familiares conjuntas que possibilitam aos profissionais compreender a dinâmica e a estrutura das relações das famílias.

Visitas domiciliares

As *visitas domiciliares*, como o próprio nome indica, são as aproximações realizadas com as famílias em suas próprias residências visando conhecer melhor suas condições de vida (residência, território) e os aspectos do cotidiano das relações desses sujeitos, que geralmente escapam às entrevistas de gabinete. Tendo em vista que as visitas domiciliares têm proeminência em práticas e caráter policialesco e disciplinador, não é demais reafirmar que a utilização desse instrumento, na proposta da PNAS/SUAS, requer cuidados concernentes a seus aspectos éticos. Dentre tais aspectos destaca-se a questão da preservação da privacidade e do respeito à individualidade e aos modos de vida das famílias. Isso implica consentimento dos grupos familiares para realização das visitas domiciliares e também agendamento prévio com as famílias, sempre que possível.

Reuniões

A *reunião* é o instrumento privilegiado no contexto das abordagens grupais, especialmente no âmbito das ações de atendimento direto às famílias, pois permite o encontro de sujeitos que muito podem se beneficiar da convivência e da troca de informações e experiências. Esses benefícios relacionam-se tanto ao desenvolvimento pessoal dos participantes quanto às possibilidades de engajar-se em processos coletivos que visam alterações nas suas condições de vida.

Assembleias

As *assembleias*, geralmente vinculadas às ações de caráter político-organizativo, referem-se à reunião de um grupo maior de pessoas, que possuindo um interesse em comum, se reúne para analisar, discutir e decidir sobre determinados assuntos. Por exemplo, quando

inúmeras famílias, ou representantes delas, vinculadas aos serviços de um CRAS se reúnem para decidir sobre as formas de reivindicação para a implantação de uma escola de educação infantil no território.

Oficinas

As *oficinas* também se valem da reunião de pessoas, mas pressupõem uma participação mais ativa de seus membros. Apresentam-se como uma oportunidade de vivenciar ou refletir sobre situações concretas significativas para seus participantes. As reuniões e as oficinas tendem a se valer de alguns recursos para buscar atender melhor os objetivos projetados para elas. Dentre esses recursos estão, por exemplo, as técnicas de facilitação de grupo, atividades culturais, dentre outros.

Encaminhamentos

O *encaminhamento* é o instrumento que permite reportar as famílias a outros serviços ou profissionais, sejam eles no âmbito do próprio SUAS ou não. Trata-se de um recurso importante para o acesso das famílias a direitos e também para a construção das relações entre os serviços. Porém, exige monitoramento para que possa ser efetivo.

Proposição e detalhamento de instrumentos técnico-operativos no âmbito da PNAS podem ser encontrados em: BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF - Volume 2, Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS/SNAS, 2012b.

Desse longo processo de conhecimento, projeção e desenvolvimento das ações, **quatro aspectos merecem destaque**. O primeiro refere-se à busca pela **ruptura com a lógica histórica do TSF centrado no problema para a adoção da lógica ancorada nas necessidades das famílias**. O segundo aspecto reside no imperativo de se **transitar, sempre, entre o individual e o coletivo, abandonando a centralidade do “caso”**, colocando as situações familiares singulares no conjunto das relações sociais. O terceiro aspecto relaciona-se à projeção das ações do TSF em vários planos, em busca de atuar efetivamente para que **as necessidades das famílias sejam realmente atendidas**. O quarto aspecto implica o

reconhecimento do *TSF como trabalho coletivo, no qual técnicos e gestores estão implicados*.

Por exemplo, o envolvimento dos gestores na construção da intersectorialidade é fundamental à medida que há necessidade de mediações com outros setores. As mediações são importantes tanto para o estabelecimento de fluxos entre os serviços socioassistenciais e os serviços afetos a outras políticas setoriais para o atendimento das necessidades da população, como para a criação de indicadores que possam avaliar conjuntamente a qualidade e o impacto dos serviços ofertados nos territórios.

Enfim, entende-se que somente por meio desse processo de identificação da situação vivida pelas famílias, da compreensão dessa situação a partir das necessidades apresentadas e da proposição de ações comprometidas com a finalidade do TSF no SUAS, é que novas relações tanto no plano privado como público poderão emergir. Espera-se que por meio das ações se desenvolva o protagonismo do usuário em todas as esferas de sua vida, contribuindo para que ele venha a ter uma participação social ativa e crítica, no âmbito dos serviços, nos territórios e nos movimentos de caráter sócio-político.

2.4 - Dinâmica do Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social

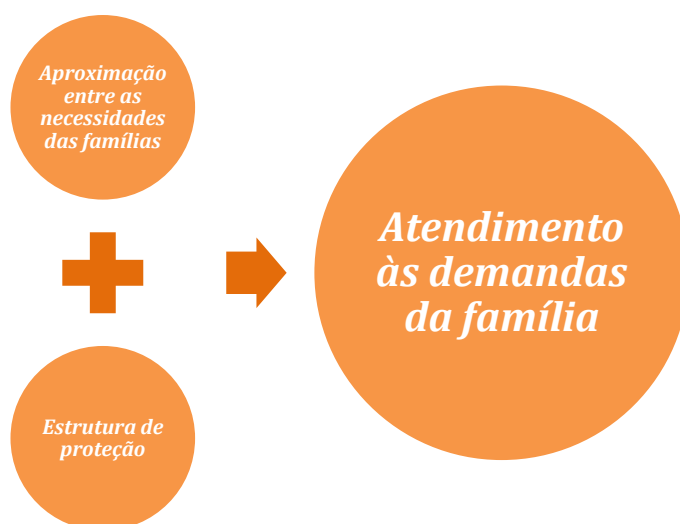
A efetivação do TSF no SUAS deve contemplar uma dinâmica que torne possível atender as necessidades das famílias tendo em vista a garantia das seguranças de renda, acolhida e convívio, próprias da PNAS. Nessa perspectiva, tenta-se dar visibilidade a tal dinâmica, a partir de alguns movimentos necessários à sua estruturação. Grosso modo, essa dinâmica instaura-se através de vários movimentos que sustentam o processo de trabalho. São movimentos que devem ser visualizados no seu conjunto como uma construção em espiral, possibilitando, por um lado, a reflexão constante sobre os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do TSF, e por outro, sua operacionalidade.

Estes movimentos têm como base o conhecimento do território onde as famílias vivem, pois este fornece de antemão indicadores importantes sobre as condições e qualidade de vida das famílias a serem atendidas pela PNAS/SUAS. São fontes de informações importantes para tal conhecimento: os dados da vigilância socioassistencial; as incursões de técnicos e gestores no território visando o mapeamento de suas lideranças, de seus recursos, e de seus problemas;

os indicadores gerados pelo CadÚnico e por outras fontes de informações como, por exemplo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio).

De posse dessas informações, se realiza o movimento de aproximação das famílias para acolhê-las e conhecê-las em suas necessidades singulares, através de seus relatos. As informações devem responder aos diferentes aspectos que compõem a vida das famílias, tais como os enunciados no item anterior: características e composição; trajetória e condições de vida; organização do cotidiano e do trabalho familiar, relações e acontecimentos da vida familiar; relações com a rede social primária; conexões entre relações familiares, direitos violados e violação de direitos e expectativas da família. A aproximação com as famílias e o processo de conhecimento têm um papel relevante no campo do TSF ao apresentar-se como um momento privilegiado para a construção de vínculos dos serviços com as famílias, através da sua acolhida.

A partir desse movimento, vai se estabelecendo um outro, que é a construção da análise da situação, propiciada pelo conjunto das informações acessíveis sobre a família e o seu contexto. Nesse momento, as informações sobre o território são fundamentais à medida que permitem uma perspectiva mais ampliada de compreensão da situação familiar. Esse movimento se caracteriza essencialmente pela compreensão de uma equação, que se encontra no cerne das situações familiares, que é a aproximação entre as necessidades das famílias e a estrutura de proteção que possuem para responder a tais necessidades. Certamente para realização do entrecruzamento de informações são necessários recortes transversais da história familiar em relação ao seu passado e seu presente. Dentre os recortes destaca-se a história de atendimentos das famílias no campo das diferentes políticas setoriais.



Inúmeras situações familiares não fazem mais que demonstrar a inoperância das intervenções ocorridas em diferentes momentos da vida das famílias e não podem ser tomadas como fracasso delas. Tais informações constituem um indicador importante para a avaliação dos serviços e da lógica sob a qual funciona.

A partir dessa equação de entrecruzamento entre as necessidades postas pelas famílias e a estrutura de proteção existente para atendê-las, ergue-se mais um movimento. Este consiste na definição das intervenções necessárias em diferentes planos para que a situação se altere, respondendo eficazmente às necessidades detectadas. ***Entende-se que é necessário a proposição de ações que se dirijam às famílias, à organização e articulação dos serviços e também ações que sejam conduzidas no plano político-organizativo.*** Através destas busca-se colocar na agenda pública determinadas questões que estão afetando as famílias e que necessitam de atenção do poder público.

Uma vez identificadas as ações nos diferentes planos, torna-se possível outro movimento que é o de estabelecer os próximos passos a serem efetivados para contemplar os objetivos que se delineiam nas diferentes dimensões que compõem o TSF (política-organizativa, gestão e planejamento e atendimento direto às famílias).



A participação da família nesse processo é central, para que ela consiga reconhecer a sua situação no conjunto das relações sociais e para que as alterações de sua situação possam implicar mudanças, que dependem dela e também de outras instâncias.

A partir do desenvolvimento do conjunto de ações propostas, empreende-se o movimento de monitoramento e avaliação, tendo em vista os objetivos propostos com base nas necessidades identificadas nas famílias e em seus territórios. Este movimento pode ser identificado a partir de sua dupla referência: uma concernente à efetivação de um processo avaliativo junto às famílias; outra relativa à avaliação que se faz, no âmbito do serviço socioassistencial, dos processos de trabalho e do encaminhamento do conjunto de informações geradas a partir das situações familiares singulares. Estas, junto com outras fontes de informação, especialmente as da vigilância socioassistencial, são fundamentais para o planejamento dos serviços nos territórios, para a gestão e integração da Política de Assistência Social, para a interlocução com outras políticas setoriais, com o Sistema de

Garantia de Direitos e também com os movimentos sociais e Conselhos de Direitos. Através desse conjunto de movimentos articulados que vai sendo estruturada, de forma sinérgica, a proteção, a prevenção e a proatividade no escopo da PNAS.

Conforme sinalizado, o atendimento às necessidades das famílias implica a efetivação de um conjunto de serviços e ações desenvolvidas pelos diferentes níveis de complexidade do SUAS, por outras políticas setoriais e também por outras instituições e movimentos sociais. Esse reconhecimento faz com que o TSF seja reconhecido no escopo de um processo de trabalho coletivo e aconteça de forma coordenada e articulada a fim de cumprir as finalidades as quais se propõe. Nessa perspectiva é que o PAIF e o PAEFI foram projetados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013), como serviços estruturantes para o desenvolvimento do TSF e detalhados nas Orientações Técnicas sobre o PAIF, volumes 1 e 2 (BRASIL, 2012a; 2012b).

Em termos gerais, o TSF deve estar voltado para as garantias pertinentes à PNAS de forma integrada com outras políticas sociais. Para tanto, destaca-se que é fundamental sua apreensão *a partir de uma concepção de família que considere sua historicidade, suas características contemporâneas, suas diferenças e, em especial, suas reais possibilidades na garantia de proteção para seus membros no contexto da sociedade brasileira, marcada pela desigualdade estrutural*. No contexto do TSF, os problemas e as soluções que se colocam cotidianamente para técnicos e gestores não podem ser vistos de forma isolada, nem contidos dentro de um único espaço (família, instituições) ou de uma área específica (assistência social, saúde, habitação, educação). Da mesma forma, não comportam leituras que reduzam as questões apresentadas pelas famílias a qualquer um dos aspectos que as compõem, sejam eles de natureza econômica, psicológica, cultural, política, social, ética, jurídica e, muito menos, desvinculados de seus territórios.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção da centralidade da família na PNAS e a inclusão do TSF no contexto do SUAS como elemento estruturante dos serviços socioassistenciais, especialmente do PAIF e PAEFI (BRASIL, 2013), colocaram desafios não triviais a todos os envolvidos na implementação do Sistema. A sua construção requer a participação de todos aqueles que

atuam na sua execução e gestão, que têm a política social como campo de estudos e debates e que como cidadãos e cidadãs são engajados na sua defesa.

Além dos dilemas postos por equações não solucionadas no campo da cidadania social, como a incorporação da família nos sistemas de proteção social das sociedades capitalistas modernas, as referências e a concepção de TSF vinculavam-se à tradição da tutela e do disciplinamento. Obviamente, essa condição não poderia deixar de repercutir no contexto de implementação da PNAS, apesar dos esforços que foram empreendidos para o fortalecimento de uma outra lógica para o TSF, esta movida efetivamente pela defesa dos direitos sociais de caráter universal e de responsabilidade do Estado.

Nesse processo de busca de sustentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o TSF, compatíveis com a proposta da Constituição de 1988 e com a própria PNAS, se coloca mais esse trabalho. Para tanto, ele parte do princípio da assistência social como direito de cidadania e do direito da família à proteção do Estado. Considera-se que a família, nas suas múltiplas configurações, é instância importante na provisão de bem-estar (tanto material como imaterial) e que ela, enquanto lugar de convivência e de afetos, é transpassada pela questão social. A ela cabe a difícil tarefa de articular a proteção dos seus, através das negociações que estabelece entre seus membros e com outras esferas da sociedade, tais como Estado e Mercado/Trabalho. Dessa forma, a proposta evidencia o significado de matricialidade sociofamiliar, vinculando-a ao debate das necessidades humanas, da autonomia e do território.

A proposta indica que o conhecimento das famílias, enquanto sujeitos do TSF situados no conjunto das relações sociais que se estabelecem em determinados momentos históricos, é condição fundamental para a projeção e definição das ações profissionais. A partir disso, propõem-se intervenções em diferentes planos da vida social, entendendo que as mudanças nas condições de vida das famílias dependem de transformações no conjunto das relações sociais. Portanto, o TSF não pode ser pautado apenas nas situações singulares, como “casos de família”.

Além das referências e postulações de ordem metodológica que balizam o desenvolvimento do TSF, as possibilidades de sua efetivação também estão condicionadas ao contexto dentro do qual se realiza. Em relação a esse contexto, três aspectos ganham proeminência. O primeiro refere-se ao reconhecimento do TSF como processo coletivo de

trabalho. Portanto, implica todos os trabalhadores – tanto do nível da gestão, como da execução – atuando dentro de uma mesma lógica, na qual a direção dos serviços está orientada para o atendimento das necessidades das famílias. O segundo afirma que o TSF extrapola as ações desenvolvidas no âmbito da relação direta entre trabalhadores e famílias. São parte constituinte do trabalho, além das ações de atendimento direto às famílias, aquelas vinculadas à gestão e ao planejamento do trabalho e as de natureza político-organizativa. Terceiro que a existência de condições dignas de trabalho é questão primordial para o desenvolvimento do TSF. Dentre essas condições se coloca o número de profissionais condizente à demanda de trabalho, a organização do processo de trabalho condizente com a proposta em pauta; condições físicas e materiais suficientes e adequadas, salários e contratos de trabalho compatíveis, além do compromisso com a formação profissional visando à qualidade do trabalho.

A configuração delineada para o TSF no contexto da PNAS veio contribuir para o aprimoramento deste nos mais diversos territórios e com as mais diferentes famílias, que acessam cotidianamente os serviços socioassistenciais, particularmente o PAIF e o PAEFI. Espera-se que este trabalho possa vir a ser um instrumento de diálogo entre os diferentes agentes envolvidos na implementação e consolidação do SUAS, dentro do pressuposto de que o TSF é um processo construído coletivamente para atender diferentes populações, em diferentes territórios e com organizações familiares bastante diversas.

Portanto, torna-se fundamental o debate do TSF no contexto dos povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos etc. Neles não só a estruturação das famílias se apresenta de forma diversa, como também são diferentes as formas como se integram nos processos de proteção social. O mesmo pode ser dito em relação às diferenças territoriais, marcadas pelas grandes disparidades regionais de um país continental, estruturalmente desigual e pelas diferentes dinâmicas relacionadas aos setores rural e urbano.⁶

⁶ Dentre as produções que podem embasar esse debate, encontram-se duas consultorias realizadas pela SNAS (Secretaria Nacional de Assistência Social): uma do consultor Júlio César Borges, desenvolvida para “aprimorar as Orientações Técnicas relativas ao acompanhamento familiar, a partir da construção de um Caderno Temático que contemple as especificidades étnicas indígenas e que objetive qualificar o atendimento e o acompanhamento das equipes dos CRAS às famílias indígenas” (2014/2015); outra realizada pela consultora Dirce Harue Ueno Koga, desenvolvida para “elaborar subsídios para delimitação do território de Proteção Social

Por fim, não é demais ratificar que as questões implicadas no TSF não são apenas de natureza técnica e organizacional, mas estão estreitamente relacionadas às formas como a sociedade brasileira concebe a família e o seu papel na proteção social. Portanto, este é um debate que extrapola a PNAS e deve ser fomentado tanto no plano da produção do conhecimento, como no plano do Estado e da Sociedade Civil. Além disso, sendo o TSF um trabalho de natureza profissional que ocorre no âmbito de uma política pública, *impõe-se que seja preservado o seu caráter laico, desvinculado de qualquer orientação religiosa e mantendo o absoluto respeito às diferentes formas de organização das famílias e às diferentes culturas.*

Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social” (2014/2015).

4 - REFERÊNCIAS

BARATA, J. In Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional Sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 26 de set. de 2013.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: SNAS, 2009 (reimpressão 2013).

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF- Volume 1**. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS/SNAS, 2012a.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF- Volume 2**. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS/SNAS, 2012b.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **CAPACITASUAS - Caderno 1: Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social - Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da PUCSP**. Brasília: MDS, 2013a.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional Sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.

CAMPOS, C. M. S.; MISHIMA, S. M.. Necessidades de Saúde pela voz da Sociedade Civil e do Estado. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 4, p. 1260-1268. Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, M. do C. B de. (Org.) **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 1995.

CIOFFI, S. **Famílias Metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida**. São Paulo: Seade, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000. 326p.

JACCOUD, L. B. BRASIL. In Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional Sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.

KOGA, D. H. U. Medidas de Cidades: entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. In Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional Sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.

MIOTO, R. C. T.; Lima, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, v. 8, n. 1, p. 22-48. Porto Alegre: EDIPUC, 2009.

_____. In Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional Sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.

_____. **CONSULTORIA: Elaborar Orientação Técnica sobre Trabalho Social com Famílias no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e fortalecer o atendimento prioritário das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família Documento técnico 2**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.a 23 p.

_____. **CONSULTORIA: Elaborar Orientação Técnica sobre Trabalho Social com Famílias no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e fortalecer o atendimento prioritário das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família Documento técnico 3**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.b 72 p.

_____. **CONSULTORIA: Elaborar Orientação Técnica sobre Trabalho Social com Famílias no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e fortalecer o atendimento prioritário das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família Documento técnico 4**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.c 34 p.

PEREIRA, P. A. P; **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

RIZZOTTI, M. L. A. In Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional Sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.

RODRIGUES, E. In Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional Sobre Trabalho Social**

com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.

SPOSATI, A.. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. In: Serviço Social & Sociedade nº 77. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional Sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.

SARACENO, Chiara. **Sociologia della famiglia.** Bologna: Il Mulino, 1996.

SCHÜTZ, F.; MIOTO, R. C. T. O trabalho em serviços: contribuições para o debate do Serviço Social. **Em Pauta.** Rio de Janeiro, v. 10, p. 83-101, 2012.

TEIXEIRA, S. M., **A Família na política de Assistência Social:** concepções e as tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina - PI. Teresina: EDUFPI, 2013. 218 p.

TORRES, A. S. BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Nacional sobre o Trabalho Social com Família na Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 275 p. Degravação.